



Projeto de Voto n.º 242/XVI

De Preocupação pelos resultados eleitorais divulgados na Venezuela

As eleições presidenciais do passado dia 28 de julho, na Venezuela, ditaram uma vez mais, a reeleição de Nicolás Maduro para um terceiro mandato, com 51,20% dos votos, segundo informações tornadas públicas pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) da Venezuela. De acordo com a mesma entidade, Nicolás Maduro terá obtido 5,15 milhões de votos, e o candidato da oposição, Edmundo Gonzalez Urruti – da Plataforma Unitária Democrática, pouco menos de 4,5 milhões de votos, o que corresponde a 44,2%.

Os resultados anunciados pelo CNE não são, no entanto, reconhecidos pela coligação de partidos da oposição, que reclama a vitória do seu candidato com cerca de 70% dos votos. A vitória “irreversível” de Maduro foi, inclusive, anunciada com 80% dos votos contados, tendo sido tornados públicos os resultados finais da votação sem existirem resultados parciais da totalidade das mesas de voto. Segundo os dados da própria CNE, pode até dar-se o caso que o resultado final da eleição venha a ultrapassar os 100%, o que não se poderá confirmar sem o acesso aos resultados detalhados e completos do processo eleitoral.

A União Europeia e os Estados Unidos da América pediram também que os legítimos resultados das eleições fossem respeitados e que toda a informação sobre o ato eleitoral fosse divulgada. O chefe da diplomacia europeia, Josep Borrel, pediu respeito pela vontade dos venezuelanos e que houvesse “total transparência no processo eleitoral e acesso aos documentos das assembleias de voto”. Também o chefe da diplomacia norte-americana, Antony Blinken, disse que os Estados Unidos estão seriamente preocupados que “o resultado anunciado não reflita a vontade ou os votos do povo venezuelano”.



Neste processo eleitoral deve também lamentar-se todas as dificuldades criadas pelas autoridades venezuelanas que impediram de votar milhões de venezuelanos que vivem fora do país, entre os quais muitos luso-venezuelanos residentes em Portugal. Apenas cerca de 69 mil venezuelanos residentes no estrangeiro estavam habilitados a votar nestas eleições, menos do que nas últimas eleições, que foram cerca de 110 mil – o que ainda assim representa uma pequena fração dos cerca de sete milhões que emigraram nos últimos anos devido à crise económica, social e política.

Depois de uma salutar participação histórica, massiva e pacífica neste ato eleitoral, que deve ser saudada, é fundamental que se respeite a vontade do povo venezuelano, sendo para o efeito imperioso que se assegure a total transparência do processo eleitoral, permitindo a contagem detalhada dos votos, o acesso às atas e resultados de cada uma das mesas de voto e o seu escrutínio por observadores internacionais independentes.

Assim, a Assembleia da República saúda a expressiva participação popular nas eleições de 28 de julho de 2024 e manifesta a sua preocupação face aos resultados eleitorais divulgados na Venezuela, apelando a que a verdade dos resultados das eleições seja efetivamente conforme com a vontade do povo venezuelano e reiterando o apelo à total transparência do processo eleitoral, com o acesso e divulgação dos documentos de todas as assembleias de voto e resultados efetivos.

Palácio de São Bento, 29 de julho de 2024

As Deputadas e os Deputados,

Paulo Pisco

João Paulo Rebelo



Marcos Perestrello

Edite Estrela

Eurico Brilhante Dias

José Luís Carneiro

André Rijo

Carlos Pereira

Pedro Delgado Alves